



**O QUE ESTAVA EM JOGO NA
GREVE DOS PETROLEIROS?
*NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIA
OPERÁRIA NO GOVERNO FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO***

*Alvaro G. Bianchi**

Resumo: A greve de 30 dias, realizada pela categoria petroleira em maio de 1995, foi tratada com extremo rigor pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. As refinarias foram ocupadas militarmente e o governo se recusou a negociar com os sindicatos. Para compreender esta atitude é preciso interpretar a relação existente entre os ajustes estruturais de caráter neoliberal e o movimento sindical. Para viabilizar tais ajustes, é necessário derrotar ou domesticar os sindicatos. Apesar dos petroleiros encerrarem seu movimento sem conquistarem suas reivindicações, o governo não conseguiu cumprir seus objetivos.

Palavras-chave: greve - sindicalismo - neoliberalismo.

A implementação de políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal tem por pressuposto a derrota do movimento sindical ou sua domesticação. Este é o princípio a partir do qual pode ser interpretada a recente queda de braço entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e os petroleiros. Neste pequeno artigo procuraremos desenvolver o esboço de um conceito de neoliberalismo¹.

¹ Este artigo é resultado das reflexões e indagações provocadas pelo curso *Trabalho e Sindicalismo*, ministrado pela professora Heloísa Teixeira de Souza Martins, no primeiro semestre de 1994. Agradeço à professora pela leitura atenta do artigo e pelas sugestões, pelo estímulo e pela infinita paciência. Isento-a, entretanto, de responsabilidade frente às idéias aqui expostas.

*Graduando de Ciências Sociais (FFLCH/USP).



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? *Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.*

Alvaro G. Bianchi

Posteriormente faremos uma rápida descrição do movimento grevista para finalizarmos com uma interpretação do movimento a partir do esboço feito inicialmente.

DE QUE COISA É FEITA A ANTI-UTOPIA?

Embora tenha sido objeto de um sem número de artigos e *papers* e de um número menor, embora substancial, de estudos mais extensos, é difícil encontrar uma definição do neoliberalismo capaz de articular ao seu redor um consenso.

Primeiro, porque se trata de um tema atual e candente sobre o qual a análise científica vem, geralmente, acompanhada de juízos de valor que, muitas vezes, obscurecem o próprio esforço de conceituação. Segundo, porque depois da devastação das políticas sociais pelo projeto neoliberal, a identificação de tal projeto tornou-se mais difícil. A rigor o neoliberalismo se encontra órfão. Ninguém gosta de admitir sua vinculação a tal projeto político (BRESSER PEREIRA, 1991). Mas talvez o motivo mais importante, e aqui já antecipamos um esboço de definição, seja o de que além de um corpo doutrinário que reafirma uma ordem social excludente e contraposto aos desejos de transformação social, portanto profundamente anti-utópico, o neoliberalismo é também um movimento político articulado em torno de um programa prático de ajustes econômicos e das formas políticas necessárias para a aplicação de tal programa.

É essa dupla face do neoliberalismo – doutrina e movimento político articulado em torno de um programa prático – o que o torna tão difícil de definir. A dificuldade para a definição do neoliberalismo, se optássemos por uma conceituação doutrinária, pode ser ilustrada com a tentativa promovida por Bresser Pereira de desvincular o governo Collor do projeto neoliberal. Segundo este autor, “a interpretação corrente na esquerda de que Collor é um ‘neoliberal’ é, ao meu ver, falsa”. Bresser Pereira dirá, ainda que

“Neoliberalismo é a ideologia da nova direita radicalmente contrária à intervenção do Estado na economia. Neoliberalismo é



o velho liberalismo econômico modernizado pela microeconomia neoclássica da escola austríaca (Hayek), pela macroeconomia monetarista (Friedman) e dos novos clássicos (Lucas) e pela crítica econômica e política do Estado realizada pela escola da Escolha Racional (Buchanan e Olson)". (Idem: 67-68.)

De fato, procedendo a tal definição torna-se muito difícil encontrar um neoliberal autêntico. Embora para uma definição mais precisa do neoliberalismo sejamos obrigados a recorrer com bastante frequência ao quadro teórico no qual ele se ampara, é no seu programa econômico-político prático que ele aparece de forma cristalina.

Para fazer um esboço de conceituação, optamos, primeiramente, por excluir deste as consequências sociais de tal projeto e colocar em seu centro a idéia de um mercado eficiente como agente da regulação da economia. Ao excluirmos as consequências sociais da definição do neoliberalismo, não as estamos ignorando. Queremos, apenas, evitar o erro cometido por muitos autores que julgam a falência do projeto neoliberal a partir de seus reflexos nos investimentos em saúde e educação ou no nível de emprego e salários. Tal ótica nos levaria a pressupor que o projeto neoliberal apresentava um proposta social, coisa que jamais esteve em seu horizonte².

Esboçemos então tal programa prático, desdobrando-o, para fins de análise, em unidades básicas:

1) O neoliberalismo surge como resposta à crise econômica mundial da década de 70, agravada pela crise do petróleo. Seu ponto de partida é, com frequência associado à vitória eleitoral de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Mas, embora as primeiras experiências de aplicação prática mundialmente reconhecidas do neoliberalismo tenham como marco zero a ascensão da nova direita ao poder nestes países, o neoliberalismo enquanto corpo teórico já se encontrava plenamente desenvolvido desde meados da década de 50³.

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

² Devemos esta idéia a James Petras (entrevista ao autor). A revista *Business Week* de 26.03.1984, apresentou a seguinte proposta de cortes no orçamento dos Estados Unidos para reduzir o déficit fiscal:

- 25 bilhões das despesas com pessoas idosas (desindexação das pensões e economia nos tratamentos médicos).
- 30 bilhões de despesas militares
- 2,5 bilhões de economias sobre os pobres e deficientes
- 5 bilhões de redução do fundo de apoio aos agricultores.
- 20 bilhões de subvenção aos estados e municípios (auxílio aos desempregados, meio-ambiente, transportes e educação).
- 17,5 bilhões para os empregados do setor público (diminuição dos efetivos e redução das pensões).

Citado por BRUNHOFF (1991: 176)

³ Para a constituição do neoliberalismo como corpo teórico ver Anderson (1995).



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? *Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.*

Alvaro G. Bianchi

O modelo neoliberal é colocado nos países centrais como alternativa ao esgotamento do Estado de bem-estar como modelo econômico, esgotamento este que ficava evidente na desaceleração econômica e nos elevados índices inflacionários existentes nos principais países da OCDE. Na América Latina, incluído o Brasil, o neoliberalismo surge como resposta à falência do modelo desenvolvimentista de orientação cepalina.

2) O pressuposto fundamental do neoliberalismo é a revalorização do mercado como instrumento de regulação econômica, o que tem como consequência a retirada do Estado das atividades produtivas e a abertura de novas frentes de expansão para o capital. Tal política é articulada com a defesa do chamado “estado mínimo”, ideal do velho liberalismo. Trata-se de um Estado “barato”, no sentido de que tem suas contas equilibradas, e, ao mesmo tempo, ausente da atividade econômica, diretamente desvincilhado das funções produtivas por ele desempenhadas e, indiretamente, deixando de regulamentá-la – preços, salários, câmbio, etc.

3) O controle da inflação tem como ponto de partida uma profunda reforma fiscal que reduz os gastos públicos, principalmente os chamados gastos sociais, e uma contenção salarial inédita no pós-guerra, o que pode ser acompanhado, para o caso dos Estados Unidos, no quadro 1.

<i>Quadro 1</i>							
Salários e preços nos EUA							
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Salários	8,4%	8,5%	9,0%	6,3%	3,9%	3,2%	3,3%
Preços de consumo	11,3%	13,5%	10,4%	6,1%	3,2%	4,3%	4,0%

Fonte: Ocde.



Além de deter os aumentos dos rendimentos dos assalariados, o modelo neoliberal aumentou a concentração de renda através de uma renúncia tributária sobre os salários mais altos. Segundo Perry Anderson, para o conjunto dos países da OCDE a tributação sobre os salários mais altos caiu em média 20% (ANDERSON, 1995: 15).

4) Anderson destaca que a deflação, no modelo neoliberal, é condição para a recuperação das taxas de lucro. No quadro 2 a queda do lucro operacional líquido, como percentagem do PNB, embora não seja igual ao conceito marxista de taxa de lucro, nos dá uma idéia das variações desta taxa ao longo da década de 70 para quatro dos países centrais⁴.

Para recuperar as taxas de lucro, o neoliberalismo voltou-se contra o tipo de relações capital-trabalho estabelecidas nos Estados de bem-estar, procurando reduzir a massa salarial, seja através da corrosão dos salários pela inflação (nos Estados Unidos, para o período 1979-85, os salários aumentaram em média 51%, enquanto os preços ao consumidor aumentaram 66%), seja através da redução dos benefícios indiretos que haviam caracterizado o Estado de bem-estar.

Ao mesmo tempo em que ocorria uma redução da massa salarial, havia uma recuperação das taxas de produtividade do trabalho na indústria, através da difusão da microeletrônica no processo produtivo e da introdução de novas técnicas de gerenciamento da produção.

5) Para promover o ajuste estrutural, o neoliberalismo precisa derrotar ou domesticar o movimento sindical, retirando-lhe todo o seu poder de pressão. Thatcher e os mineiros ingleses protagonizaram o primeiro confronto; Regan e os controladores de voo também tiveram o seu; os mineiros bolivianos e o governo de Paz Estensoro vieram logo a seguir. Onde não houve choques frontais houve a adaptação dos sindicatos e sua incorporação aos programas de ajuste estrutural. É o caso do corrupto sindicalismo mexicano e da direção da CGT argentina, que se manteve fiel ao presidente Carlos Menem, chegando a ocupar postos no governo.

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

⁴ Seguimos aqui orientação metodológica de Mandel (1982: 57), que interpreta da mesma forma, a participação dos lucros, juros e "renda média" sobre o produto bruto da Grã-Bretanha.



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

Quadro 2
Lucro operacional líquido como percentagem do PIB⁵

	França	Alemanha Ocidental	Reino Unido	EUA
1963	29	28	20	23
1965	29	27	20	24
1966	29	26	19	24
1967	29	26	19	23
1968	29	28	19	22
1969	29	26	19	21
1970	28	26	18	18
1971	28	24	18	19
1972	28	24	20	19
1973	28	23	20	19
1974	25	22	16	17
1975	23	22	14	18
1976	22	22	15	18
1977	22	22	17	18
1978	22	22	18	18
1979	22	22	16	18
1980	21	21	14	17

Fonte: SCHWERIN, 1988.

⁵ Lucro operacional líquido é definido como produto bruto menos a soma dos gastos intermediários, pagamento de salários, taxas indiretas menos subsídios e consumo de capital fixo.

6) A idéia de um Estado “mínimo” como paradigma do Estado neoliberal tem levado vários adversários do neoliberalismo a confundirem, equivocadamente, a escassa intervenção do Estado na economia com um enfraquecimento de suas demais funções. Göran Therborn, por exemplo, compara as relações existentes entre Estado, mercado e empresas no capitalismo competitivo clássico, no capitalismo organizado (monopolista), no capitalismo de bem-estar e no novo capitalismo competitivo (atual) para concluir que neste último ocorre um superdimensionamento do mercado e uma certa atrofia do Estado e das empresas (THERBORN, 1995).



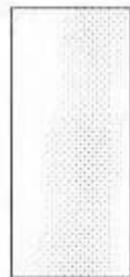
O Estado minimizado presente no discurso econômico do neoliberalismo transforma-se num estado maximizado em seu discurso político. O neoliberalismo é marcado por uma presença de traços centralistas no regime democrático e por um fortalecimento de seu aparelho repressivo que não podem ser simplesmente vinculados a resquícios de um passado autoritário. A hipertrofia estatal tem duas fortes motivações. A primeira delas diz respeito ao próprio modelo em si. Um de seus requisitos básicos é a derrota do movimento sindical e a ruptura com um padrão de negociação-conflito salarial que, para o neoliberalismo, havia corroído as bases da acumulação capitalista e provocado um declínio da taxa de lucro. A derrota do movimento sindical como forma de reestabelecer o domínio do mercado sobre os salários encontra-se presente em Hayek, muito embora seja idéia cara a toda a escola neoclássica.

O problema estava colocado tanto para o sindicalismo europeu, onde o Estado de bem-estar de inspiração keynesiana havia transformado os sindicatos em “parte integrante da moderna economia democrática” (DILLARD, 1994: 24), como para os países da América Latina, nos quais o processo de democratização da década de 80 havia aberto as comportas para a reorganização do movimento sindical e popular.

Uma segunda motivação para a hipertrofia estatal nasce como consequência da aplicação de tais políticas de ajuste. O desemprego por elas gerado e a exclusão de setores significativos dos circuitos formais da economia criam graves tensões sociais e dá origem a um contingente populacional ávido por reparações e capaz de promover explosões espontâneas de insatisfação. A explosão dos conflitos raciais em Los Angeles no início desta década e a insurreição popular em Caracas logo após a posse de Carlos Andrés Pérez, em 1989, são apenas as expressões mais agudas deste fenômeno. Para manter sob controle esta massa de excluídos e evitar explosões de descontentamento e fúria, o Estado precisa revitalizar suas funções repressivas. Somente desta ótica é possível interpretar a escalada da violência no Rio de Janeiro e a reação do governo federal, decretando a intervenção militar na cidade.

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? *Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.*

Alvaro G. Bianchi

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO. AS ORIGENS DO AJUSTE NEOLIBERAL NO BRASIL

A persistente crise econômica dos anos 80, caracterizada pelos altos índices inflacionários, pela estagnação da economia nacional, pelo aumento da dívida externa e pelo crescente desequilíbrio fiscal, iluminou o esgotamento do modelo de acumulação desenvolvimentista, baseado na substituição de importações e amparado na ação tutelar do Estado, tornando-o visível. Tal crise deu lugar à reafirmação de antigos valores do liberalismo, assumindo estes, o papel outrora desempenhado pelo ideário desenvolvimentista. Segundo Eli Diniz,

“A procura de resposta para os múltiplos desafios levou à formulação de uma estratégia neoliberal igualmente idealizada em seu potencial inovador. Esta nova via é crescentemente apresentada como solução para todos os males, simbolizando a luta da modernização contra o atraso, tal como o estatismo, ao longo das décadas de 30, 40 e 50, representara o instrumento por excelência da renovação.” (DINIZ, 1992: 32.)

Do ponto de vista da indústria nacional, as mudanças ocorridas na década de 80 e a adoção do discurso neoliberal devem ser enquadradas na procura de novos padrões de acumulação cujos pré-requisitos são a abertura de novas frentes de expansão do capital e a recomposição das taxas de lucro (BAPTISTA, 1993: 221). Tais pré-requisitos seriam atendidos pela supressão do Estado-empresário através da privatização de empresas estatais e pela promoção de mudanças no próprio processo de produção, com a introdução de novas tecnologias, a alteração das relações trabalhistas, marcadas até então por um revigoramento do movimento sindical e das lutas operárias, e mudança nas formas de administração e gerenciamento.

A agenda neoliberal no Brasil tem assumido, desde o início do governo Collor, a forma de um programa prático do qual constam a exigência de uma Reforma Fiscal, uma Reforma Tributária e uma Reforma Patrimonial. A Reforma Fiscal é um dos pontos-chaves da



política de ajuste neoliberal. Fiel ao receituário monetarista, os defensores mais intransigentes do corte de gastos públicos argumentam, como Milton Friedman, que “a inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário”. Partindo desta afirmação chegam à conclusão que o “descontrole monetário é decorrente do desequilíbrio fiscal” (CUNHA, 1994).

O equilíbrio das contas públicas, para o qual a Reforma Tributária é fundamental, foi uma das principais metas dos governos Fernando Collor e Itamar Franco e continua sendo no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como resultado dos profundos cortes nos gastos e investimentos públicos – principalmente aqueles relacionados com saúde e educação⁶ – o governo conseguiu criar um superávit primário, ao mesmo tempo em que aumentava a dívida interna e mantinha o pagamento regular do serviço da dívida externa. Para o exercício de 1994, o governo Itamar Franco anunciou, em carta de intenções ao FMI, que haveria um superávit primário de 3% do PIB (estimado em US\$ 610 bilhões), superior, portanto, aos 2,4% do exercício anterior. Em compensação o saldo operacional, ao qual é somado o serviço das dívidas interna e externa, apresentaria um déficit de 0,5% do PIB, quando no ano anterior havia um superávit de 0,4%. Os resultados seriam ainda piores se o saldo operacional registrasse as correções cambiais e monetária.

De acordo com os dados preliminares da execução financeira do Tesouro Nacional para o exercício de agosto de 1993 a agosto de 1994, o governo conseguiu uma redução de 27,8% na rubrica *Pessoal e encargos sociais*. Em compensação a disparada da dívida interna durante os preparativos para a Reforma Monetária do Plano Real, consumiu R\$ 7.636.355, a valores de agosto, a título de *Encargos da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF)*, 37,1% mais do que no período anterior.

A Reforma Tributária é o corolário da Reforma Fiscal. Ela teria por objetivo a redução da carga de impostos sobre as empresas com a eliminação de tributos como o PIS e o Cofins e a alteração do sistema formado por três impostos indiretos, o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Imposto sobre Circulação de

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

⁶ Os gastos com educação e cultura durante o biênio 1990-1991, sofreram um corte de 49% e os referentes à saúde 30%. os recursos destinados aos programas de alimentação e nutrição, por sua vez, ficaram ao sabor dos ventos clientelistas que sopraram no Ministério da Ação Social. Em 1990, ano de eleições para os governos estaduais, eles cresceram cerca de 12% para serem reduzidos no ano seguinte em 47%. (HENRIQUE, 1993: 297-300.)



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? *Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.*

Alvaro G. Bianchi

Mercadorias e o Imposto Sobre Serviços. Entre as propostas apresentadas nos primeiros debates da Reforma Constitucional estavam a de substituição do IPI por um imposto incidente sobre certos produtos – notadamente veículos, cigarros e bebidas – e a de incorporação do IPI e do ISS ao ICMS, fundindo os três em um imposto sobre o consumo de competência estadual.

A sub-relatoria responsável pelo tema no Congresso Nacional, durante a Revisão Constitucional de 1994, apresentou duas propostas diferentes para o capítulo tributário. Até o momento, as propostas do sub-relator vêm norteando o debate em torno desta Reforma. A primeira proposta diminuía para nove o número de impostos, suprimindo o IGF, o IPVA, o IVVC e AIR. As chamadas contribuições sociais eram reduzidas a duas, uma sobre a folha de pagamento e outra sobre uma variável econômica que poderia ser o faturamento, o lucro, o patrimônio líquido ou a receita. O projeto também diminuía os tributos sobre exportações e investimentos. A segunda proposta “enxugava” o texto do capítulo, retirando da alçada da Constituição a legislação sobre o tema, que passaria a ser atribuição de lei complementar (SPÍNDOLA & AFONSO, 1994: 20-24).

Por último, temos a Reforma Patrimonial. Talvez a reforma cuja execução esteja mais adiantada seja a patrimonial. A nova lei de concessões, o fim dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações e as privatizações fazem parte desta. Do ponto de vista da ação governamental, a privatização de empresas estatais é entendida como um momento da política de redução do déficit fiscal. Para tanto, segundo Sérgio Prado, estas empresas são encaradas como: “1. uma fonte de receitas e despesas na sua operação corrente. 2. um ativo com valor de mercado, portanto passível de negociação” (PRADO, 1993: 110). Do ponto de vista dos empresários, as privatizações são uma oportunidade para abrir novas frentes para a expansão do capital, seja pela supressão da concorrência das indústrias estatais, seja pelo açambarcamento destas empresas pelo capital privado.

Subordinada a objetivos fiscais, a Reforma Patrimonial pode ser interpretada como um processo de troca vinculado à conversão de títulos da dívida pública em investimentos por parte dos



bancos credores. A participação dos títulos da dívida pública nos leilões de privatização corroboram esta tese. Para as primeiras 14 privatizações, os títulos da dívida (Certificados de Privatização, Débitos Vencidos Renegociados, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Debêntures da Siderbrás, Títulos da Dívida Agrária e MFDAs) foram responsáveis por US\$ 3.189.000 do arrecadado com as privatizações, enquanto a moeda nacional foi responsável por apenas US\$ 600.000. Somente com essas primeiras 14 privatizações foram consumidos 6,58% do estoque inicial de títulos⁷.

O BRAÇO DE FERRO ENTRE PETROLEIROS E O NEOLIBERALISMO

A greve dos petroleiros está inscrita neste processo de implantação do modelo de ajuste neoliberal. O movimento dos petroleiros teve seu início no dia 3 de maio. A categoria reivindicava o cumprimento de um acordo salarial de 1994. O acordo, endossado pelo então presidente Itamar Franco e por seu ministro das Minas e Energia, não havia sido colocado em prática pela diretoria da Petrobrás.

Segundo o presidente da Federação Única dos Petroleiros, Antônio Carlos Spis, a categoria vinha preparando a greve há quatro meses com diversas bases estaduais propondo o início imediato do movimento. A Federação optou por adiar sua deflagração para uniformizar as diferentes bases estaduais e para coordenar a greve dos petroleiros com outras categorias do funcionalismo público que estavam organizando seus movimentos⁸.

Juntamente com os petroleiros também pararam suas atividades previdenciários, aeroportuários, telefônicos (24 horas), eletricitários e servidores das universidades federais. Cada categoria tinha sua pauta de reivindicações específica e aderiu a um programa mais geral do qual constava a defesa dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. O programa também questionava a realização da Reforma Constitucional levada a cabo pelo Congresso Nacional.

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

⁷ Usiminas, Celma, Mafersa, Cosinor, SNBP, Indag, Aços Finos Piratini, Petroflex, Copesul, Álcalis, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Nitroflex, Fosfertil, Polissul. Instituto de Economia do Setor Público. (INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO, 1992.)

⁸ Seguimos aqui a descrição feita por Antônio Carlos Spis em sua exposição na Mesa Redonda *Sindicalismo nos Setores Públicos* (12.06.95) realizada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Para a reconstituição da greve recorreremos à imprensa diária e ao boletim *Primeira Mão* da Federação Única dos Petroleiros. Contamos também com a ajuda do diretor da Federação Única dos Petroleiros, Geraldo Saraiva Pinto e dos jornalistas Fernando Silva e Mariúcha Fontana, que cobriram a greve dos petroleiros para o *Jornal do PSTU*, para esclarecer alguns detalhes que permaneciam para nós obscuros.



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

A greve dos previdenciários não conseguiu se estender pelos principais estados. Os eletricitários recuaram logo depois do início do movimento, pressionados pela decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que considerou a greve ilegal. Em compensação, aderiram à greve os ferroviários e os metroviários, em escala nacional, e os rodoviários de Guarulhos e do ABC na Grande São Paulo. Na primeira quinzena de maio mais de 350 mil trabalhadores pararam suas atividades e decretaram greve.

Frente aos movimentos grevistas, o governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou comportamento semelhante ao de Margaret Thatcher na greve dos mineiros da Inglaterra em 1985. Recusou todo tipo de negociação e manteve-se firme na exigência de que as categorias em greve voltassem ao trabalho para dar início a um diálogo entre governo e sindicatos. Ao mesmo tempo ameaçou descontar os dias parados e demitir grevistas. O Tribunal Superior do Trabalho (TST), por sua vez, amparou todas as medidas do Executivo. No dia 9 de maio, o TST julgou a greve dos petroleiros abusiva, invalidou o acordo dos petroleiros com o governo Itamar Franco e exigiu que os petroleiros garantissem 30% da produção. Na mesma ocasião, o TST tomou uma atitude inédita, fixando uma multa de R\$ 100 mil por dia parado para cada sindicato. O Tribunal também decretou ilegais as greves dos eletricitários e provavelmente ia agir da mesma forma com os telefônicos, se estes não tivessem suspenso o movimento antes do julgamento.

Aos poucos, os ferroviários, cuja greve também foi decretada abusiva, foram, nos diferentes Estados, suspendendo a greve. Os metroviários, por sua vez, obtiveram, depois de dois dias parados, um acordo salarial que garantia a reposição da inflação passada medida pelo IPC-r e mais 7% de aumento real. O acordo foi considerado positivo pela categoria. Os setores do funcionalismo federal que haviam conseguido maior extensão do movimento (servidores e professores das universidades federais) decidiram não continuar sozinhos e voltaram ao trabalho. Ficaram em greve unicamente os petroleiros. Não ficaram, entretanto isolados. A Central Única dos Trabalhadores organizou atos de solidariedade no



Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul. No ABC, no dia 23 de maio, 9.800 operários da Ford fizeram uma paralisação de duas horas, solidarizando-se com os grevistas. No dia seguinte, foi a vez dos metalúrgicos da Volkswagen fazerem o mesmo. Em São Paulo, os rodoviários pararam por duas horas, interrompendo o trânsito no centro da cidade. Os estudantes também fizeram greves de solidariedade na Universidade Federal de São Carlos e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

No madrugada do dia 24, o governo ordenou a ocupação de quatro refinarias pelo Exército – Paulínia, São José dos Campos e Maúa, no Estado de São Paulo, e Araucária, no Paraná. No dia seguinte, com as refinarias ocupadas militarmente, o governo suspendeu o pagamento aos grevistas. No dia 26, novo julgamento do TST julgou a greve abusiva. No dia 31, ao mesmo tempo em que se recusava a abrir negociações, o governo deu novas declarações ameaçando os grevistas com demissão por justa causa, processos judiciais contra os sindicatos e sindicalistas.

Os petroleiros, dia 2 de junho, não vendo possibilidades de negociação com o governo, decidiram suspender a greve. A decisão, tomada unanimemente na diretoria da Federação Única dos Petroleiros, foi aprovada no mesmo dia por todas as bases da categoria, com a exceção de Cubatão, que votou o fim da greve no dia seguinte.

A intransigência do governo Fernando Henrique Cardoso, as sucessivas decisões do TST contrárias à greve, a utilização de tropas do Exército nas refinarias, a demissão de mais de 60 grevistas e a cobrança de uma multa de R\$ 100 mil por dia de greve (R\$ 2.100.000, ao todo) para cada Sindicato, formam um conjunto de ações contra uma greve que provavelmente só encontrará paralelo na repressão levada a cabo pelo regime militar contra o movimento operário do ABC paulista e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1980. Por que tais medidas foram tomadas em um regime no qual as instituições democráticas estão de pé é algo que merece uma explicação.

A chave deste enigma pode ser encontrada em uma conversa que Fernando Henrique Cardoso manteve com Evelyn Rotschild,

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

presidente do Rotschild Bank, durante sua visita a Londres. Do tradicional banqueiro inglês Cardoso ouviu um conselho: dar um tratamento duro aos sindicatos. “Protegidos pela lei eles atrasaram muito o processo de privatização na Inglaterra”, disse o banqueiro para depois concluir: “tivemos que mudar a legislação para enfrentá-los melhor” (*O Estado de S. Paulo*, 18.05.95: A4). Ninguém poderá dizer que a família Rotschild é nova no negócio de dar conselhos ou que seus membros não sabem a quem se dirigir. Não queremos aqui, entretanto, endossar a “teoria do grande complô” – o presidente brasileiro se reúne com Thatcher, a rainha Elizabeth, Rotschild, o papa e o técnico da seleção inglesa de futebol e acertam que o primeiro deve derrotar os petroleiros e a seleção canarinho perder seu próximo jogo contra a Inglaterra. Mas o conselho de Rotschild, na medida em que a Inglaterra é um caso típico de aplicação do modelo neoliberal, permite vislumbrar não um complô internacional, mas sim, o ponto chave da aplicação deste modelo. Sua chave está na derrota do movimento sindical.

Para aplicar os planos de ajuste neoliberais é preciso eliminar o poder reivindicativo dos sindicatos e a resistência destes à corrosão dos salários, ao aumento da produtividade, ao desemprego e ao sucateamento da rede estatal de serviços públicos. A eliminação do poder dos sindicatos era, no caso brasileiro, ainda mais urgente porque no momento da deflagração da greve estava em curso uma Reforma Constitucional que era encarada pelo governo como um momento decisivo da aplicação dos planos de ajuste. Na pauta desta reforma estavam a Reforma Fiscal, a Reforma Tributária, a Reforma Patrimonial e, de quebra, a Reforma Política.

A Reforma Monetária que criou o real em julho do ano passado havia sido, até o momento, um instrumento eficaz de controle inflacionário. Sustentado por um confisco salarial, quando da implantação da URV em fevereiro de 1994, e na reposição das perdas salariais uma única vez ao ano, que o insuspeito Delfim Netto chegou a chamar de “âncora salarial”, a Reforma Monetária começava a dar sinais de esgotamento no final de 1994. A crise da economia mexicana trouxe para um horizonte próximo todos os problemas que



a equipe econômica esperava enfrentar a médio ou longo prazo. A segunda âncora do Plano Real, a cambial, ficou extremamente debilitada com a fuga de capital especulativo do país, que temia, com o chamado “efeito tequila”, que o Brasil quebrasse como o México quebrou.

Uma migração maciça de capitais para a compra de dólares obrigou o governo a desvalorizar o real e a gastar parte considerável de suas reservas para evitar uma maior desvalorização. A queda das reservas foi agravada pelo déficit da balança comercial – em março de 1995 o déficit da balança comercial foi de US\$ 935 milhões e em abril de US\$ 467 milhões – e pelo pagamento dos juros e amortizações da dívida externa – o total de pagamentos com juros e garantias da dívida externa em abril chegou a US\$ 1,4 bilhão.

Simultaneamente à queda nas reservas e ao déficit na balança de pagamentos, começou a ocorrer uma tendência a elevação dos índices que registram a inflação. Em março, todos os índices indicavam um crescimento da inflação, quando comparados com os índices de janeiro. Para deter a inflação e desestimular o consumo o governo elevou as taxas de juros, restringindo o crédito. As altas taxas também serviam para atrair capital especulativo, recompondo aos poucos as reservas cambiais. Os efeitos colaterais dos juros altos são bem conhecidos – aumento dos gastos com o serviço da dívida interna e desaquecimento da economia, com as conseqüentes concordatas e falências – o que aconselha moderação com este remédio.

Os sinais evidentes de esgotamento desta fase de implantação do Plano Real indicavam a necessidade de apressar as reformas estruturais da economia, acelerando a privatização das estatais e a quebra de monopólios estratégicos, que atraíssem investimentos estrangeiros. Sindicatos questionando a Reforma e ainda mais fazendo greves era algo que precisava ser evitado a todo custo.

O temor do governo pode ser ilustrado por seus continuados esforços para caracterizar a greve como uma greve contra a Reforma. Um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, alarmista como sempre, carregou nas tintas:

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? *Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.*

Alvaro G. Bianchi

“Se a Constituição estabelece que a reforma pode dar-se desta e não daquela maneira, e se as formas estão sendo seguidas, fazer greve para impedir que a discussão prossiga até o fim é impor ao Congresso a ditadura dos sindicatos cutistas.” (*O Estado de S. Paulo*, 04.05.95: A3.)

Os conselhos ouvidos por Fernando Henrique Cardoso não vieram unicamente de um polido magnata das finanças. No Brasil, os jornais desenvolviam o mesmo argumento sem a fleuma britânica. A grita aumentou quando os petroleiros decidiram não acatar a decisão do TST e manter a greve. O jornal *O Estado de S. Paulo* passou a tratar a greve de um ponto de vista estratégico, como aquilo que ela realmente era, e começou a clamar por uma reforma na legislação trabalhista, repetindo as palavras do banqueiro inglês:

O Executivo tem a direção a seguir – e deveria tirar as lições desse abuso [o desacato ao TST], meditando sobre a necessidade de reformar a legislação trabalhista e a própria Constituição no tocante à organização sindical. (*O Estado de S. Paulo*, 11.05.95: A3.)

O jornal *Folha de S. Paulo* do dia 16, pedia mais rigor contra a greve, em seu editorial: “ele [o governo] vem agindo sem o vigor necessário diante da afronta ao Estado de direito no Brasil” (*Folha de S. Paulo*, 16.05.95: 1-2). No mesmo dia *O Estado de S. Paulo* festejava o confronto entre grevistas e governo. Festejava enaltecendo a intransigência governamental e predicando a derrota total dos petroleiros, o que só poderia ocorrer em caso de um embate frontal como o que estava acontecendo. Invertia assim o bordão grevista “greve até a vitória” e fazia seu o grito “intransigência ou morte”. Diz *O Estado de S. Paulo* que

“Os tempos mudaram, felizmente os grevistas e a CUT não se deram conta disso – felizmente, sim, porque persistindo o governo federal em sua atitude enérgica, em breve o dito ‘poder sindical’ perderá suas garras e a sociedade vai poder viver tranqüila”. (*O Estado de S. Paulo*, 16.05.95: A3.)

A greve terminou com uma derrota clara dos petroleiros. Mas esta derrota não teve, como contrapartida, uma vitória total do



governo. A greve se encerrou e a Reforma Constitucional deslanchou, aprovando em tempo recorde as emendas referentes ao capítulo sobre a ordem econômica. Temas como a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária encontraram maiores dificuldades, mesmo porque parlamentares que de bom grado votaram no fim dos monopólios do petróleo e das telecomunicações já anunciaram que não agirão com o governo nestes dois pontos. Mas acelerar os trabalhos da reforma não era o único objetivo do governo ao demonstrar intransigência para com os grevistas. O objetivo principal era aniquilar o “poder sindical”, a derrota do movimento sindical e não apenas da greve dos petroleiros.

O recuo dos petroleiros preservou as forças da categoria e o exemplo de luta que deram às demais categorias de trabalhadores ficará por muito tempo registrado na memória. Referindo-se à revolução alemã de 1848, num momento em que suas conquistas eram usurpadas pela aliança entre as nova classes que subiram ao poder com as que foram deslocadas pela revolução, Karl Marx afirmou que a maior conquista da revolução era “a própria revolução”. Ou seja, a consciência, a experiência e a organização que ela havia ajudado a sedimentar entre os trabalhadores da época. Parafraseando Marx podemos afirmar que a maior conquista da greve dos petroleiros foi a própria greve.

É esta a razão pela qual petroleiros se recusam a admitir uma derrota da greve. Interrogado sobre o resultado da greve, o presidente da Federação Única dos Petroleiros, afirmou:

“Ganhou a categoria petroleira que mostrou capacidade de resistência e organização. Perderam o governo federal e o judiciário. O primeiro tirou a máscara de democrata e apelou para uma truculência desnecessária. O segundo, se desmoralizou e revelou um apêndice do executivo. Os petroleiros plantaram a semente e outros virão atrás”. (SINDIPETRO/RJ, 1995: 5.)

A revista *Questão de Honra*, publicada pela FUP, relata depoimento de Alexandre José M. Figueiras, membro da diretoria colegiada do Sindipetro PA/AM/MA/AP, onde o sentimento de “missão cumprida” transparece:

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

“Terminamos a greve, de acordo com a orientação nacional, com o moral muito elevado e consciente da validade de nossa luta. Tanto é que, no restaurante da empresa, os companheiros deram o exemplo; realizamos a confraternização, juntando as mesas e segregando os não-grevistas. Seguiram-se discursos com aplausos aos grevistas e vaias aos pelegos”. (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, 1995: 23.)

A afirmação da categoria como “um referencial de luta” (SINDIPETRO/RJ, 1995: 5.), um exemplo a ser seguido, também é uma constante no discurso da categoria. De acordo com Humberto Campos de Carvalho, coordenador-geral do Sindipetro/RN, “inevitavelmente, nossa greve entra para a história do sindicalismo brasileiro como um divisor de águas, apontando o caminho da luta para o conjunto dos trabalhadores.” (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, 1995: 23.)

Ainda não é possível ter certezas a respeito das conseqüências da greve dos petroleiros para o movimento sindical brasileiro e para o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas embora não seja possível este tipo de conclusão a resistência dos metalúrgicos do ABC à ditadura militar pode nos fornecer uma pista do que poderá vir a ocorrer. Mesmo com o Sindicato sob intervenção e suas principais lideranças cassadas, os metalúrgicos do ABC não deixaram de ser um exemplo para as demais categorias e, quando os primeiros passos para a construção de uma central sindical foram tomados, a referência nessa categoria era evidente. A aura de combatividade que cobre até hoje os metalúrgicos do ABC durou mais tempo do que o regime que perseguiu suas lideranças. Não será de se estranhar se os petroleiros entrarem para a história do sindicalismo não como os que foram derrotados e sim como os que souberam resistir. ■



BIANCHI, Alvaro G. What was at stake in the oil workers strike? New liberalism and the labour class toughness in Fernando Henrique Cardoso government. **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, **3**: 82-101, 1.sem. 1996

Abstract: The 30 day strike carried out by the oil-workers in May 1995, was rigorously treated by Fernando Henrique Cardoso's government. The oil plants were military occupied and the governor refused for negociate with the trade unions. In order to understand this attitude towards the strike it's necessary to interpret the relationship between the neoliberal structural adjustments and trade-unionism. Aiming to make these adjustments viable the government needs to defeat or domesticate the trade-unions. Although the oil-workers' strike had come to an end without having its demands conquered, the government didn't reach its goals.

Uniterms: strike - trade unionism - neoliberalism.

O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: Emir Sader & Pablo Gentili. *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BAPTISTA, Margarida Afonso Costa . "Política industrial e desestruturação produtiva". In: VVAA. *Crise brasileira. Anos oitenta e governo Collor*. São Paulo, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT, 1993.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. "Collor e o neoliberalismo". In: Idem. *Os tempos heróicos de Collor e Zélia. As aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia*. São Paulo, Nobel, 1991, pp. 67-73.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado. Crítica do liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991.
- CUNHA, Alexandre Barros da . "Déficit público e inflação". Rio de Janeiro, *Conjuntura Econômica*, 48(11): nov. 1994, p. 8.
- DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de J. M. Keynes*. São Paulo, Pioneira, 1984.



O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso.

Alvaro G. Bianchi

DINIZ, Eli. "Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20: out. 1992.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. *Questão de Honra. A história a mais longa greve dos petroleiros. Maio-junho 1995*. Rio de Janeiro, FUP, 1995.

HENRIQUE, Wilnês. "As políticas sociais na crise". In: VVAA. *Crise brasileira. Anos oitenta e governo Collor*. São Paulo, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT, 1993, p. 297-300.

INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO. *Indicadores Iesp*, 1(6): julho 1992.

MANDEL, Ernest em *O capitalismo tardio*, São paulo, Abril Cultural, 1982.

PRADO Sérgio. "Crise do Estado e privatização: limites da visão neoliberal". In: VVAA. *Crise brasileira. Anos oitenta e governo Collor*. São Paulo, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT, 1993.

SCHWERIN, Don S. (1988) "Historic compromise and pluralist decline? Profits and capital in the Nordic countries". In: GOLDTHORPE, John H. *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford, Clarendon.

SINDIPETRO/RJ. Petroleiros são referencial de luta. Rio de Janeiro, *Por Outro Lado*, 1: ago.1995, p. 5.

SPÍNDOLA, Lytha & AFONSO, José Roberto. "Congresso Revisor e a reforma tributária". Rio de Janeiro, *Conjuntura Econômica*, 48(11): nov. 1994.

THERBORN, Göran. "A crise e o futuro do capitalismo". In: Emir Sader & Pablo Gentili. *Pós-neoliberalismo...*